

MICRO-HISTÓRIA INDÍGENA EM RONDÔNIA: ABUSOS CONTRA MENINAS-MOÇAS-MULHERES A PARTIR DE REGISTROS DOCUMENTAIS DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO – SPI

Adriane Pesoventoⁱ

RESUMO. O Serviço de Proteção ao Índio – SPI, foi o órgão responsável, inicialmente pela “atração” dos indígenas, junto aos postos oficiais instalados em diversas regiões do país. Fundado em 1910 era responsável pelas ações de aproximação e tentativas integracionistas que nortearam as políticas e compuseram parte da história indígena em Rondônia. Utiliza-se nesse estudo uma abordagem sócio histórica, tendo como categoria de análise a micro história. A coleta de dados se fez a partir de fontes documentais, reunidas e depositadas no banco de dados do Museu do Índio. Tais registros em sua maioria versam sobre aspectos administrativos relacionados aos diversos Postos Indígenas (PI). Nesses documentos, escapam informações sobre o cotidiano de luta e resistência indígena agindo e reagindo frente ao estabelecido. Além disso, a garimpagem micro possibilitou a percepção de fragmentos indiciários dos abusos praticados por autoridade dos PIs em relação à esses povos, especialmente as histórias de algumas meninas/mulheres/índias Kanoê/Kapixanã que no ano de 1948, no auge da mocidade foram vítimas de abuso sexual e exploração do trabalho. A ênfase é dada ao posto Ricardo Franco, que se localizava às margens do Rio Guaporé, próximo a Guajará Mirim (RO). No dualismo morte e vida, objetivou-se levantar informações sobre tais abusos, doenças e epidemias, bem como as ações e/ou a inércia do poder público frente a problemática.

Palavras-chave: história indígena, PI Ricardo Franco, Rondônia.

1 INTRODUÇÃO

A história indígena em pleno século XXI ainda é pouco pesquisada e conhecida, os estudos muitas vezes reeditam versões do passado que se cristalizaram na memória, discursos recorrentes e tingidos pelo etnocentrismo. Neste ensaio objetiva-se apresentar o passado indígena na perspectiva da microanálise, ou seja, por meio de registros oficiais que versam sobre casos específicos de abuso sexual, doenças, morte e vida, e assim, apresentar fragmentos da história indígena em Rondônia. Nesta escrita procurar tornar visíveis e evidenciar outros sujeitos, no caso meninas/mulheres/índias e ainda, destacar a

triste situação de indígenas vitimados pelas doenças que lhe acometeram quando de sua aproximação dos Postos Indígenas em meados de 1940.

2 POSTO INDÍGENA RICARDO FRANCO E ALGUMAS HISTÓRIAS KANOÉ

No início do século XX foi inaugurada em termos de política indígena uma nova estrutura administrativa. Herdeira de um modelo praticado pelo Diretório dos Índios, que remonta as estratégias pombalinas de inserção e “assimilação” dos índios, assim, entre continuidades e descontinuidades nasce em 1910 o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, ligação que remonta as práticas dos anos oitocentos, e que tinha, entre seus propósitos a “aproximação” dos diversos povos indígenas, sua proteção e ainda, a fixação no campo como possível mão-de-obra rural, substituta de imigrantes estrangeirosⁱⁱ.

A implantação do SPI pode ser compreendida no plano geopolítico como responsável também pela distribuição dos povos indígenas nas espacialidades desejadas, reterritorializando-os em conformidade ao projeto nacional que se desenhava, em que o destaque era para as tentativas de domínio da língua e ainda, a extensão da cultura ocidental entre as diversas nações. Desse modo, nos continuísmos da história mantinha-se o projeto “civilizatório”, todavia no século XX, reconstruído e refeito de acordo com a lógica positivista. Os registros históricos estão *recheados* dessa expressão/sentido.

Assim, “civilizar” em cada um dos períodos da história indígena brasileira ganhou contornos próprios, ou seja, ressignificados à luz do modelo sócio-político que se apresentava. A expressão remonta ao mundo antigo, refeita em cada contexto, impôs-se enquanto significante dos ideários próprios àqueles momentos, mas sua essência, ao que tudo indica, parece manteve-se por séculos e chega ainda hoje com uma tônica etnocêntrica.

É possível vislumbrar o termo civilização entre as culturas hebraica e greco-romana antigas, e mesmo no contexto medievalⁱⁱⁱ. Para explicá-la, é possível partir dos significados opostos, seus antônimos, ou seja, “barbárie” e “selvageria”, sendo que estas duas últimas, muitas vezes foram compreendidas como sinônimos, apesar

das suas origens serem distintas. Ao longo da história foram empregadas quase sempre de modo combinado e com sentido próximo. Entre os gregos, [...] *bárbaro era alguém que não falava grego, alguém que balbuciava e que carecia, portanto, do único poder pelo qual se poderia exercer a vida política e alcançar a verdadeira humanidade.*^{iv}

Todavia, ao procurar compreender as diferenças, é possível perceber que em essência tais termos possuem repercussões e significados distintos, sendo que *bárbaro* remete a uma ideia mais coletiva, na qual um grupo de certo modo representava uma ameaça à sociedade, já o “selvagem” remete,

[...] em geral à civilização, à pureza da raça, à excelência moral, tudo aquilo de que o orgulho do grupo fechado se julgava investido -, o Homem Selvagem representava uma ameaça ao indivíduo, como nêtese e como um possível destino, como inimigo e como representante de uma condição em que um homem individual, tendo decaído da graça ou tendo sido levado da sua cidade, poderia degenerar. Por conseguinte, a relação temporal e espacial do Homem Selvagem com a humanidade normal difere da do bárbaro com o homem civilizado. Concebe-se convencionalmente que o lar do bárbaro se localiza bem longe no espaço, e que o tempo que leva para chegar às fronteiras da civilização é repleto de possibilidades apocalípticas para o conjunto da humanidade.^v

Durante o século XIX, momento em que a espacialidade hoje conhecida como Rondônia era em quase sua maioria pertencente a província de Mato Grosso, ambas expressões eram utilizadas. Nos registros históricos que versam sobre a temática indígena, não há uma distinção clara quanto ao emprego das expressões *selvagem* e *bárbaro*, tanto era usada uma, quanto outra, mas sendo mais comum a expressão “selvagem”, para referir-se aos povos indígenas. A ênfase geralmente era dada aos comportamentos indígenas julgados inadequados, sendo que os relatos reeditavam versões anteriores sobre as etnias, é o caso do relatório sobre as várias etnias de Mato Grosso no século XIX, nele figuram os Arara,

Esta nação é bastante numerosa. Habita em diversas aldeias a margem do Madeira desde o Salto do Giraó até o Rio Jamary. Mantem-se da caça e pesca e ocupam-se também da lavoura e fião algodão. Os Araras são bravios e vivem em crua e constante guerra com os Muras e outros vizinhos, nações indígenas e comem carne dos seus inimigos^{vi}.

Cabe destacar que “civilizado” é geralmente entendido como oposto ao “selvagem”. Este era signatário de atributos que o colocavam como desprovido de elementos polidos próprios ao *modus vivendi* ocidental eurocentrado^{vii}.

Sendo assim, a ideia de civilização, recorrente desde os anos iniciais da colonização do Brasil, estendeu-se pelas diversas províncias do Império durante o século XIX e também se fez presente nos projetos do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) no início do XX. Cabe notar que durante a história da humanidade sempre houve dificuldades em definir o que é ser “civilizado”, desse modo, procurar em seu oposto, os significados mostrou-se a melhor maneira de explicar algo que como fundamento da condição humana é inexplicável, pois,

Se não sabemos o que é a ‘civilização’, sempre podemos encontrar um exemplo do que ela não é. Se não temos certeza do que é sanidade, podemos ao menos identificar a loucura quando a vemos. Do mesmo modo, no passado, quando homens não tinham certeza da qualidade exata do seu senso de humanidade, recorriam ao conceito de estado selvagem para designar uma área de subumanidade que se caracterizava por tudo o que esperavam que não fossem^{viii}.

O PI Ricardo Franco, criado em 1935 teve como finalidade a atração dos indígenas e fixação dos povos indígenas com o propósito de criação posterior de uma colônia agrícola na região. Fazia limite com a colônia São Judas Tadeu. Na década de 60 essa colônia foi doada a Prelazia de Guajará Mirim^{ix}, existem nos registros menções aos abusos e exploração do trabalho indígena na região,

[...] sabe-se que foram transferidos para o Posto Ricardo Franco 70 Makurap, recém contatados no PI Pedro de Toledo (Rio Apidiá) e 70 Aja e Jaboti. Em 1954, os índios se revoltam expulsando o Chefe do P/. Os maus tratos aos índios são fartamente documentados desde 1948, quando funcionários violentam e prostituem as índias, introduzem na área colonos brancos e inserem diferentes grupos na extração da seringa.^x

A documentação sobre a atuação dos funcionários do PI é farta, todavia em poucos momentos é possível perceber as versões indígenas, as fontes em sua maioria referem-se a administração, compras, situação das roças, questões referentes a saúde dos indígenas e ainda sobre a instrução oferecida, correspondências diversas e relatórios demonstrativos. Há ainda menções a produção local pelo extrativismo e os trabalhos nos seringais. Havia uma nítida

preocupação nos Pls com a questão de habilitar os indígenas para o trabalho, para tanto, tratava-se de atrair e pacificar, sem contudo haver ameaça aos funcionários dos Pls^{xi}.

Esse ideário que toma como modelo a perspectiva rondoniana, tem suas origens em um militar do século XIX, Couto Magalhães, este preconizava a necessidade de “desbravamento” das terras, para serem ocupadas por populações “aclimatadas”, ou seja, não-índios miscigenados com os indígenas.

Em sua obra *O selvagem*, Magalhães procura demonstrar as possibilidades de civilizar os indígenas do Brasil, para tanto, insistia no domínio da língua por meio da produção de intérpretes como viabilizador do projeto civilizatório defendido por ele. Para fundamentar, confirmar e demonstrar essa possibilidade vale-se da experiência que possuía, fruto de atividades como militar e em certos momentos presidente de províncias do Império do Brasil.

A obra apresenta elementos claros do momento experimentado pelo autor, ou seja, as tentativas de apresentar um discurso coerente com os preceitos da ciência, em que a observação, a empiria, o distanciamento sujeito/objeto de estudo se fizessem presentes. Isso se faz perceber quando Magalhães procura na pré-história explicações para o “estágio de desenvolvimento” dos indígenas brasileiros. Faz um retrospecto, coloca a si mesmo questões, algumas das quais, procura responder, outras reconhece que só o tempo e o avanço da ciência serão capazes. Não obstante inclui na discussão elementos religiosos, especialmente de matriz católica. Ampara seus argumentos algumas poucas vezes nos ensinamentos bíblicos^{xii}.

Os preceitos de Magalhães chegam ao século XX e influenciam as práticas de Marechal Cândido Rondon, que se estendem até a fundação das Inspetorias Regionais, e mesmo a 9ª IR, que era responsável pelos indígenas de Rondônia e ainda do Posto Indígena Ricardo Franco.

Se por um lado havia uma política de atração e “civilizatória” por outro, havia a resistência indígena que quando possível fazia uso das táticas ocidentais em suas ações de micro-liberdades^{xiii}, ao romper a lógica do imposto e do estabelecido, assim, na inventividade do mais fraco, no caso aqui estudado as meninas/moças/mulheres índias é que se tecia essa história,

Se é verdade que por toda parte se estende e se precisa a rede de vigilância, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares [...] jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para altera-la, enfim, que maneiras de fazer formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou dominados?), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política^{xiv}.

No caso das personagens dessa história, os jogos com os mecanismos da disciplina se deram utilizando-se dos instrumentos próprios da sociedade não-índia, ou seja, a denúncia aos órgãos competentes das situações de abuso.

2 MENINAS/MOÇAS/MULHERES KAPIXANÃ: ENTRE O ESTABELECIDO E A RESISTÊNCIA

No ano de 1948, um processo sumário e administrativo dos registros do SPI, chama a atenção, entre uma maioria de fontes que versam sobre os trâmites burocráticos que envolviam as ações dos Postos Indígenas, foi possível através desse processo administrativo reconstituir essa micro história. Trata-se de toda a oitiva dos indígenas testemunhas e das vítimas de um caso de abuso sexual. A voz indígena Kanoé aparece, reagindo ao estabelecido, denunciando e reclamando direitos, assim, “[...] os usuários dos códigos sociais os transforma em metáforas e eclipses de suas caçadas. A ordem reinante serve de suporte para produções inúmeras, ao passo que torna os seus proprietários cegos para essa criatividade [...]”^{xv}

É a história de Terezita, Aurora e Aranha, três jovens que foram vítimas de abuso sexual cometido pelo então auxiliar do Posto Indígena Ricardo Franco. Naquele ano, Clodoaldo de Medeiros Penha teve a paternidade reclamada. Para averiguar a situação foi enviado para o PI Ricardo Franco o senhor Pedro Silva, além de apurar sobre a denúncia da paternidade de Clodoaldo em relação ao filho de Terezita, jovem de 15 anos, havia também a expressa ordem de constatar a introdução de colonos “civilizados” na reserva indígena e a apuração das denúncias de industrialização e venda de jacarés praticada pelo auxiliar Clodoaldo^{xvi}.

O processo referia-se a reclamação da paternidade por Terezita Capixanã, residente no PI Ricardo Franco, ao que tudo indica ela trabalhava no posto como “serviçal”. Foi abusada desde criança, pois conforme relatou e não foi contestado pelo acusado em sua defesa, ele manteve relações sexuais forçadas com ela desde que era criança. Quando o funcionário responsável pela investigação iniciou o processo, a criança nascida do abuso tinha pouco mais de um mês de idade.

Terezita prestou depoimento no dia 03 de outubro de 1948. O autor do abuso inventava pescarias no Rio Corumbiara, que duravam dois dias em média, levava junto com ele não apenas Terezita, mas também os meninos Pedrinho, Baitá, Rafael e Cairú que viviam no PI também. Segundo a jovem, havia noites em que o auxiliar Clodoaldo se “servia” dela por duas vezes^{xvii}.

A versão da jovem Capixanã foi confirmada pelos meninos índios, tanto com relação as pescarias, quanto ao fato de um deles ter visto, a noite quando todos se deitavam, o auxiliar Clodoaldo sair da sua rede e deitar-se no chão, na esteira em que dormia Terezita.

Em seu depoimento o indiozinho Sucurubi, que na oportunidade era pequeno confirmou a versão da jovem, disse ele:

[...] que sabe que o referido encarregado do Posto nessas pescarias, tinha relações sexuais com Terezita porque além do próprio Clodoaldo lhe contar esse fato certa vez, observava gestos e movimentos dele durante a noite nesse sentido, que por vezes ouvia palavras de recusa proferidas por Terezita mas que de nada valiam pois que ele continuava deitado com ela na mesma rede e assim permanecia até que ele o declarante dormia.^{xviii}

Segundo Sucumbi, Clodoaldo tinha muito ciúmes de Terezita, especialmente quando estava em casa, pois que na presença da esposa do auxiliar não podia manter relações sexuais com ela. Na medida em que outras testemunhas vão dando a sua versão do caso, aparecem outros sinais de abuso praticados por Clodoaldo, é o caso de Putem (vulgo Aranha) uma menina de 14 anos, foi numa dessas “pescarias” foi abusada, a princípio no caminho pois deixou que os meninos índios que sempre o acompanhavam fossem a frente, dizendo que tinha coisas a fazer e durante a noite foi novamente abusada pelo auxiliar.

O mesmo aconteceu com Aurora Seriré, menina de 12 anos que morava na casa junto com Clodoaldo e a esposa, quando esta última teve que viajar até Guajará Mirim para tratamento médico, o auxiliar levava a menina para a sua cama e lá abusava dela.

Em sua defesa, atestava o auxiliar ser praticamente “pai” dos índios que viviam no Posto Indígena Ricardo Franco, porém no relatório final o encarregado da investigação constatou a paternidade e ainda, os abusos cometidos^{xix}. Usou das palavras de Clodoaldo que em sua defesa questionou apenas ser ele o autor da iniciação sexual de Terezita, ou seja, afirmou não ser o responsável pelo fim de sua virgindade. Ao que as fontes indicam as jovens moravam na casa de Clodoaldo juntamente com a esposa deste e que nas ausências ou nas “pescarias” cometia os abusos.

Ao final do processo administrativo sumário, Clodoaldo foi exonerado, o relatório enviado ao SPI e a polícia de Porto Velho. Foi considerado pai da criança, todavia a ênfase dada aos abusos por ele praticados foi mínima, ao que parece, interessava mais conhecer a paternidade do que conhecer os atos praticados por ele em relação as meninas/moças índias.

O que essa história pode nos revelar sobre o discurso dos ausentes^{xx}, nesse caso o dos povos indígenas em Rondônia? É um breve relato de um entre tantos outros casos. É indiciária de um modelo de política indigenista que preconizava o “processo civilizatório”, em que figurava o despreparo e o descaso das autoridades.

Na travessia feita por Terezita, ou seja, em sua “transgressão” ao denunciar, não se calar e ainda, valer-se dos instrumentos da sociedade ocidental para reclamar direitos é possível notar uma apropriação dos instrumentos do “outro”, no caso, da sociedade envolvente para com isso, reagir e resistir ao estabelecido. Na tessitura de uma história em que ações de violência e exploração eram passíveis de questionamento, em que os sujeitos dentro das margens do possível naquele contexto reescreviam suas histórias, em que a voz de Terezita deve servir ainda hoje a outros modelos de ação frente ao estabelecido.

3 VIDA E MORTE: LUTAS DE UM PASSADO NÃO TÃO PASSADO

As doenças que acometeram os indígenas em Rondônia, em meados do século XX já foram muito denunciadas por antropólogos, indigenistas, historiadores. No PI Ricardo Franco são relatados muitos casos, os principais eram tuberculose, gripe, paludismo entre outros. Como já se sabe são doenças em sua maioria adquiridas pós-contato momento em que as nações indígenas se viam impossibilitadas de reagir frente a inimigo tão perverso.

Os xamãs, acostumados e conhecedores dos “dons” de cura não conseguiam responder a essas doenças. O drama não foi apenas pelo abuso, pela exploração do trabalho mas sobretudo pelas tentativas de imposição das línguas, culturas e religiões ocidentais.

Os saberes/fazeres tidos como subalternos^{xxi} foram pouco a pouco perdendo espaço, nas tentativas de diversas de imposição do modelo pós-colonial moderno, assim, a partir de uma gnose liminar, busca-se conhecer esse passado, em que figurem as vozes dos indígenas, as vezes passíveis de serem ouvidas a partir de outros interlocutores, a exploração do trabalho indígena é um exemplo disso,

A gnose liminar, enquanto conhecimento em uma perspectiva subalterna, é o conhecimento concebido das margens externas do sistema mundial colonial/moderno; gnosiologia marginal, enquanto discurso sobre o saber colonial, concebe-se na intercessão conflituosa de conhecimento produzido na perspectiva dos colonialismos modernos (retórica, filosofia, ciência) e do conhecimento produzido na perspectiva das modernidades coloniais na Ásia, África, nas Américas e no Caribe^{xxii}.

Ururema e Yuque Kanoé^{xxiii}, eram personagens dessa história, que no ano de 1947 perderam a vida trabalhando em favor de um projeto que possivelmente não era delas. Naufragas de uma embarcação que transportava madeira para construções no PI Ricardo Franco, foram elas vítimas de uma tragédia natural mas que estava ligada a um modelo de exploração do trabalho indígena praticado nos PIs que em tese deviam servir para proteger como o nome do órgão sugeria. O marido^{xxiv} de Ururema, índio chamado Bahia, também da etnia Kanoé, que vivia junto ao PI a sete anos, pouco tempo depois também faleceu vítima de tuberculose. Assim, entre, usos, abusos, exploração e resistência a história do PI Ricardo Franco e dos indígenas que lá viviam se fez.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A micro história ensina que nas pequenas fagulhas de outros tempos, nos indícios micro do passado é possível perceber algo maior. Todo um contexto, um modelo de política e sociedade em dado momento histórico também é feito das “migalhas”, da inventividade do fraco, ao se apropriar e produzir táticas em suas nuances diversas.

Terezita, Aurora e Potim eram três jovens que tiveram a sua meninice roubada, a sua juventude corrompida, antecipando o “ser mulher”. Todavia, não se calaram, suas vozes ficaram cravadas nos depoimentos, suas recusas e coragem devem ser celebras, pois como menina/moças/mulheres de vítimas se postaram com heroínas ao resignificar o contexto de opressão em que viviam.

REFERÊNCIAS

- CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lurdes Menezes. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 3 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizatório: formação do Estado e Civilização**. vol. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- Hayden White. **Trópicos do Discurso: ensaio sobre a crítica da cultura**. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 1994.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. O governo dos índios sob a gestão do SPI In CUNHA, Manuela Carneiro da (org). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992
- MAGALHÃES, Couto. **O selvagem**. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1913.
- MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte (MG): EDUFMG, 2003.

NOTAS

-
- ⁱ Professora do Departamento de História do Campus de Rolim de Moura da Universidade Federal de Rondônia.
- ⁱⁱ LIMA, Antonio Carlos de Souza. O governo dos índios sob a gestão do SPI in CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- ⁱⁱⁱ Hayden White. **Trópicos do Discurso**: ensaio sobre a crítica da cultura. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 1994.
- ^{iv} Ibidem, p. 185
- ^v Ibidem p.186-187
- ^{vi} Livro de Registros da Diretoria Geral dos Índios – Livro 101. 1848-1860. Arquivo Público de Mato Grosso.
- ^{vii} ELIAS, Norbert. **O processo civilizatório**: formação do Estado e Civilização. vol. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- ^{viii} Hayden White. **Trópicos do Discurso**: ensaio sobre a crítica da cultura. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 1994. p. 188.
- ^{ix} BRASIL. **Diário Oficial da União**. Memorial descritivo de delimitação. 1992. 16532, seção I.
- ^x Idem
- ^{xi} LIMA, Antonio Carlos de Souza. O governo dos índios sob a gestão do SPI In CUNHA, Manuela Carneiro da (org). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. P. 156
- ^{xii} MAGALHÃES, Couto. **O selvagem**. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1913.
- ^{xiii} CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 3 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.
- ^{xiv} Idem, p. 41.
- ^{xv} Idem, p. 50.
- ^{xvi} Apuração por meios sumários no PI Ricardo Franco 9º IR. Acusado Clodoaldo de Medeiros Penha. Processo IRG nº 505/1948. Mcf. 042_00108. Museu do Índio. Rio de Janeiro.
- ^{xvii} Idem
- ^{xviii} Idem.
- ^{xix} Apuração por meios sumários no PI Ricardo Franco 9º IR. Acusado Clodoaldo de Medeiros Penha. Processo IRG nº 505/1948. Mcf. 042_00112. Museu do Índio. Rio de Janeiro
- ^{xx} CERTEAU, Michel. A escrita da história. Trad. Maria de Lurdes Menezes. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- ^{xxi} MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte (MG): EDUFMG, 2003.
- ^{xxii} Idem, p. 34.
- ^{xxiii} Ata de Fragante (sic). Mcf. 042_0060. 1948. Museu do Índio.
- ^{xxiv} Ofício do encarregado do Posto Ricardo Franco ao chefe do IR 9. 1957. Mcf. 042_00452. Museu do Índio.